



Relatório e Contas



atberg

EÓLICAS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, LDA

2017




Relatório de gestão

RELATÓRIO DE GERÊNCIA

EXERCÍCIO DE 2017

Exmos. Sócios,

Nos termos do Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais e do pacto social, submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas da ATBERG no final do período de 2017.

1. Introdução

A “ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.” foi constituída em 4 de junho de 2001, tem por objeto “a execução, gestão e exploração de instalações para produção de energia eólica, assim como quaisquer outras atividades afins no domínio das energias renováveis” e o seu capital social, no valor de 1.250.000 €, encontra-se repartido da seguinte forma:

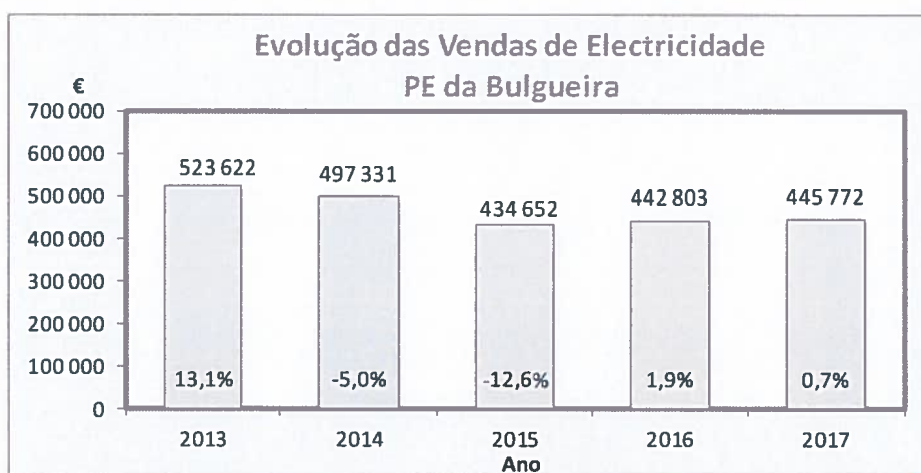
DENOMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO DIRECTA NO CAPITAL	
	VALOR (€)	%
Municípios de: Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, em regime de contitularidade	500 000	40
Lusiterg - Gestão e Produção Energética, Lda	500 000	40
Hidroerg - Projectos Energéticos, Lda	250 000	20
TOTAL	1 250 000	100

2. Atividade Desenvolvida

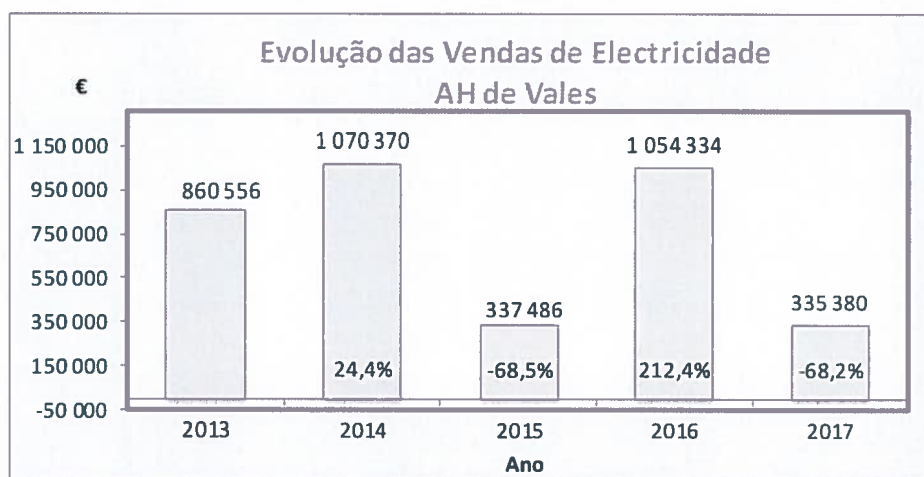
No período de 2017, a ATBERG continuou a centrar as suas atividades na exploração do Parque Eólico da Bulgueira, do Aproveitamento Hidroelétrico de Vales e do Parque Eólico de Chã do Guilhado.

A exploração dos Parques Eólicos, e sobretudo a do Aproveitamento Hídrico, foi no ano em apreço fortemente condicionada por uma disponibilidade hídrica abaixo da média (índice de produtividade hidroelétrica de 0,47) e eólica perto da média (de 0,95).

O **Parque Eólico da Bulgueira**, situado no concelho de Ribeira de Pena, é constituído por três aerogeradores Nordex, cada um com 800 kW de potência, cuja atividade no período de 2017 (o seu décimo quarto ano completo de produção) se caracterizou por um pequeno decréscimo da produção de 0,6% face ao período anterior, tendo registado 1.697 horas equivalentes de funcionamento, a plena carga e uma produção líquida total de 4.072 MWh, correspondendo a um volume de negócios de 445.772€ (+0,7%).

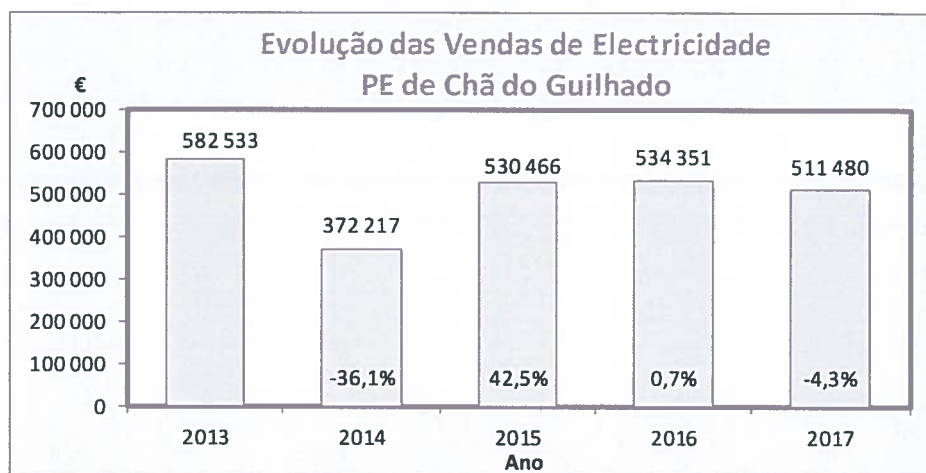


O **Aproveitamento Hidroelétrico de Vales** com 3,2 MW, localizado no rio Tinhela, concelho de Vila Pouca de Aguiar, cumpriu, no período de 2017, o seu nono ano de exploração que se caracterizou por um decréscimo da produção de 66,8% face ao período anterior, e por uma produção líquida total de 3.640 MWh, equivalente a 1.106 horas a plena carga, correspondendo a um volume de negócios de 335.380 € (-68,2%).



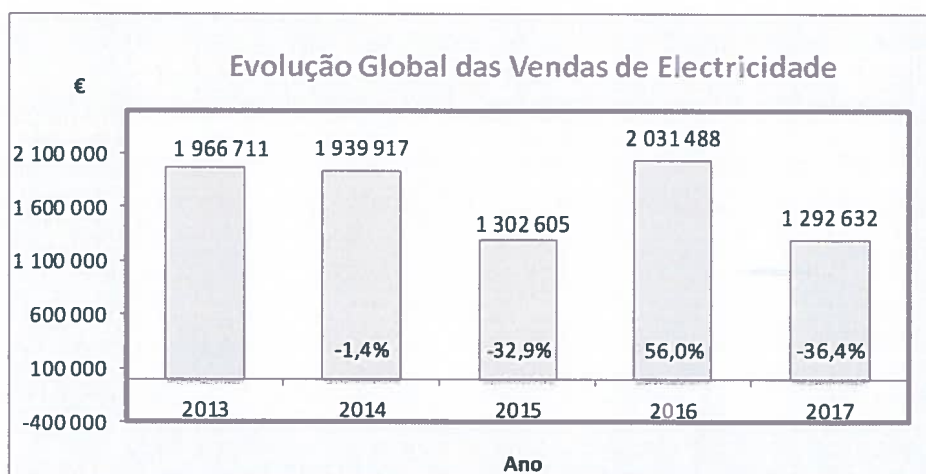
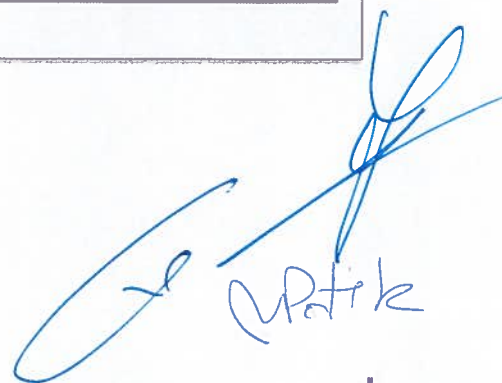
O **Parque Eólico de Chã do Guilhado**, situado no concelho de Vila Pouca de Aguiar, e constituído por um aerogerador ENERCON modelo E-82, com potência de 2 MW, cumpriu, no período de 2017, o seu oitavo ano completo de exploração que se caracterizou por um decréscimo da produção de 7,3% face ao período anterior, tendo registado 2.359 horas equivalentes a plena carga de funcionamento, e representou uma produção líquida total de 4.718 MWh, correspondendo a um volume de negócios de 511.480 € (-4,3%).

[Handwritten signature]
CPH



A produção anual de eletricidade nos três centros electroprodutores, neste ano influenciada pela diminuição na área hídrica, totalizou 12,43 GWh, valor inferior em 25,3% ao global previsto para a média dos anos.

A faturação total anual da Empresa foi de 1.292.632 €, inferior em 36,4% face a 2016 (- 738.856 €).

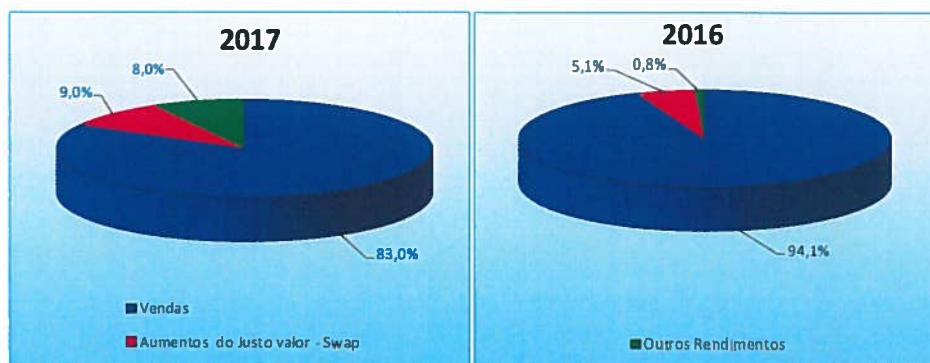
3. Análise Económica e Financeira

Rendimentos e Ganhos

Os rendimentos globais da Sociedade diminuíram 27,83%, face ao período anterior, cifrando-se nos 1 558 305 €.

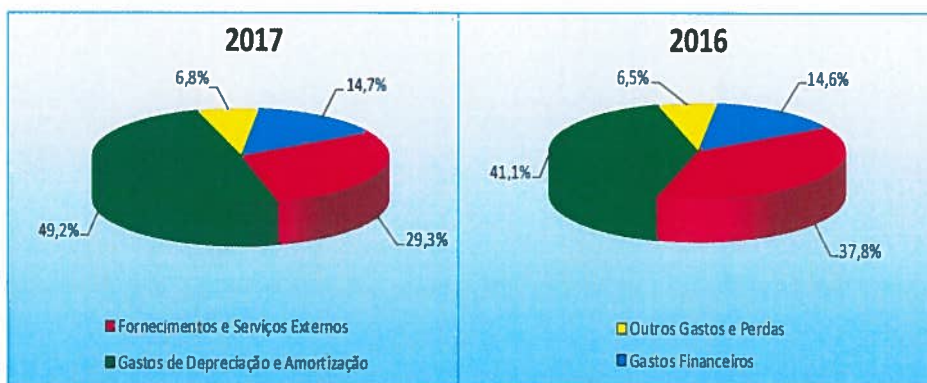
Para além das vendas de energia, principal fonte de rendimento, também contribuíram para os ganhos no período:

- o ganho relativo ao justo valor das operações “swap” no valor de 140 247 €;
- a indemnização relativa a danos materiais e perdas de exploração decorrentes de um sinistro em 2016 no P.E. Bulgueira, que aportou ao exercício de 2017 o ganho de 96 875 €;
- o reconhecimento, em resultados do período, da quota parte dos subsídios ao investimento recebidos, no montante de 15 000 €;
- os juros obtidos de depósitos bancários, no valor de 929 €.



Estrutura dos Gastos

Os gastos registados no período de 2017, no montante de 1 162 962 €, traduzem, não apenas os encargos associados à atividade de produção de energia, mas também encargos indiretos em depreciação e juros, e distribuem-se do modo seguinte:

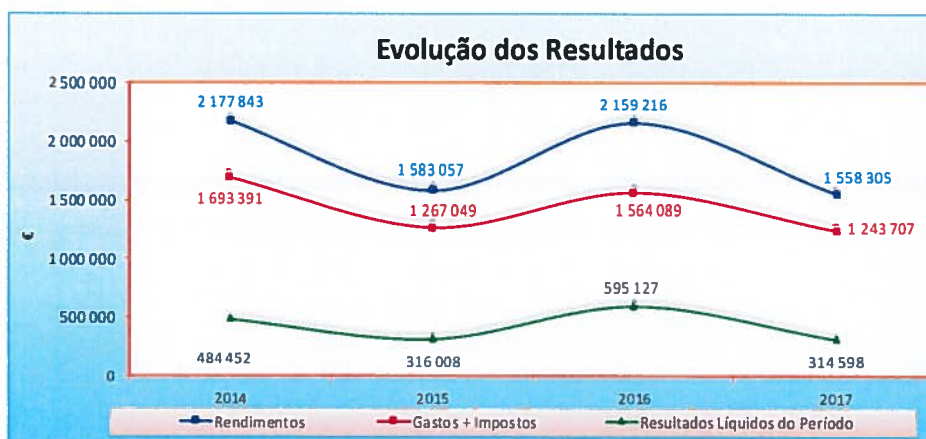


A Empresa não dispõe de quadro de pessoal, recorrendo exclusivamente à prestação de serviços em regime de outsourcing.

Evolução dos Resultados

A variação dos rendimentos e gastos é aferida no quadro e no gráfico que se apresentam seguidamente:

	2014	2015	2016	2017
Rendimentos	2 177 843	1 583 057	2 159 216	1 558 305
Gastos + Impostos	1 693 391	1 267 049	1 564 089	1 243 707
Resultados Líquidos do Período	484 452	316 008	595 127	314 598



O resultado líquido do período, tendo em conta os fatores atrás mencionados, registou uma diminuição face ao ano anterior, de 280 529 euros (-47,14%).

4. Indicadores Económicos e Financeiros

No período de 2017 a ATBERG, continuou a apresentar indicadores económico-financeiros equilibrados, a saber:

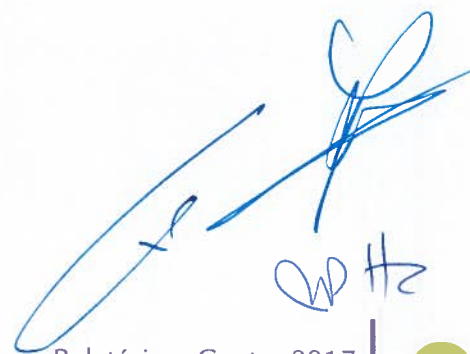
INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2017	2016
Volume de Negócios	1 292 632	2 031 488
taxa de crescimento	-36,4%	
Outros ganhos operacionais	125 247	16 727
taxa de crescimento	648,8%	
Ganhos Totais	1 558 305	2 159 216
taxa de crescimento	-27,8%	
Gastos Operacionais	993 856	1 190 502
taxa de crescimento	-16,5%	
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	1 136 853	1 541 249
% EBITDA: $\frac{EBITDA}{Volume\ de\ Negócios}$	87,9%	
EBIT - (Resultado antes de gastos de financiamento e impostos)	564 448	968 714
% EBIT: $\frac{EBIT}{Volume\ de\ Negócios}$	43,7%	47,7%
Gastos Financeiros	169 105	202 738
% GF/(Volume de Negócios)	13,1%	10,0%
Resultado Financeiro	-169 105	-202 738
% RF/(Volume de Negócios)	13,1%	10,0%
Resultado líquido do período	314 598	595 127
% RL/(Volume de Negócios)	24,3%	29,3%

Ao nível operacional, destaca-se a diminuição do volume de negócios em 36,4% relativamente a 2016, acompanhada de um decréscimo do EBITDA em 26,1%, mantendo-se, ainda assim, a solidez e a sustentabilidade económico-financeira da empresa.

Indicadores de Rentabilidade	2017	2016
<i>Resultado Líquido</i>	314 598	595 127
<i>Rentabilidade das Vendas: RL/Vendas</i>	24,3%	29,3%
<i>Rentabilidade do Ativo</i>	4,0%	6,7%
<i>Rentabilidade dos Capitais Próprios</i>	6,9%	13,9%
<i>Free Cash Flow</i>	243 054	371 676
Indicadores de Equilíbrio Financeiro	2017	2016
<i>Liquidez Geral:</i>	1,54	1,17
<i>Liquidez Imediata</i>	1,00	1,01
<i>Autonomia Financeira</i>	57,9%	48,2%
<i>Solvabilidade</i>	1,38	0,93
<i>Endividamento ("Debt to Equity")</i>	0,73	1,08

De notar, através da análise do quadro atrás, a sensível quebra dos índices de rentabilidade, face às Vendas, ao Ativo ou aos Capitais Próprios, fruto do ano energético / económico menos produtivo.

De assinalar também, contudo, a melhoria apreciável dos indicadores de equilíbrio financeiro, nomeadamente através do aumento dos rácios da autonomia financeira para 58% (48% em 2016) e da solvabilidade para 1,38 (0,93 em 2016), fruto do regular reembolso de passivos bancários e de suprimientos num contexto de crescimento contínuo da situação líquida, a qual excede o passivo total da sociedade pela primeira vez na vida da empresa ("Debt to Equity" inferior a 1,00). De notar ainda um aumento da liquidez geral.



Evolução Previsível da Sociedade

Admitindo a ocorrência de um ano hidrológico próximo da média estimada e de condições normais ao nível do recurso eólico, os inerentes resultados permitirão à Sociedade continuar a reforçar a sua solidez e sustentabilidade económico-financeira e distribuir aos seus sócios os rendimentos por estes esperados.

5. Aplicação dos Resultados

O resultado líquido do período de 2017 traduziu-se num lucro de **314.598,17 €** pelo que a Gerência, tendo em consideração as disposições legais e o contrato da Sociedade, bem como os resultados verificados nos períodos antecedentes, propõe que esse lucro, tenha a seguinte aplicação:

• Reservas Legais	15.730,00 €
• Resultados Transitados	8 220,68 €
• Distribuição Lucros	225 000,00 €
• Reservas Livres	65 647,49 €

6. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

a) Aprovação das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência em 1 de março de 2018, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Sócios agendada para 27 de março de 2017, tendo essa reunião magna o poder de as alterar, se assim vier a ser decidido.

b) Informações sobre condições que existiam à data do balanço.

Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

c) Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não existem eventos, após a data do balanço, que requeressem ajustamentos a introduzir nas demonstrações financeiras.

7. Notas Finais

No final do período em apreço não existiam quaisquer dívidas ao Estado e à Segurança Social, em situação de mora.

A gerência da Atberg, entende que eventuais revisões e correções das declarações fiscais dos períodos em período de revisão, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras agora em apreço.

8. Agradecimentos

A Gerência expressa uma clara palavra de agradecimento e reconhecimento:

- Às empresas a quem estão confiadas, por contrato de prestação de serviços, a O&M dos parques eólicos (EHATB, NORDEX e ENERCON) e do aproveitamento hídrico (HIDROERG), pelo esforço e dedicação demonstrados no acompanhamento e exploração dos seus centros electroprodutores.

- Às autoridades oficiais, nomeadamente à Direcção-Geral de Energia e Geologia, à Agência Portuguesa do Ambiente, nomeadamente à Administração de Região Hidrográfica do Norte e aos Municípios de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, bem como à EDP Distribuição e à EDP Serviço Universal, pelo apoio dispensado à ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.;
- À CGD pelo suporte financeiro e pela confiança depositada no desenvolvimento dos Parques Eólicos da Bulgueira e de Chã do Guilhado e do Aproveitamento Hidroelétrico de Vales;
- Às sócias, pelo empenho demonstrado na boa evolução dos negócios e pela valiosa colaboração prestada ao desempenho da Gerência.

Ribeira de Pena, 1 de março de 2018

A Gerência.



Pedro Filipe Barbosa e Silva Leitão (Presidente)



João Arélino Noronha Rodrigues de Carvalho



Maria Manuela Portela Correia dos Santos Ramos da Silva

[Handwritten signature]
2012

Documentos de Prestação de Contas

BALANÇO			
ATIVO	Notas	PERÍODOS	
		31-Dez-2017	31-Dez-2016
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	A e 12	2 692 285	2 979 745
Ativos intangíveis	B e 13	4 183 114	4 468 057
SOMA		6 875 398	7 447 803
Ativo corrente			
Inventários		10 992	10 992
Clientes	14	115 667	0
Estado e outros entes públicos	20	30 391	0
Outros créditos a receber	C e 14	127 481	116 402
Diferimentos	D e 15	79 754	73 475
Caixa e depósitos bancários	C ₂ 4	675 228	1 243 423
SOMA		1 039 513	1 444 292
TOTAL DO ATIVO		7 914 911	8 892 095
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	16	1 250 000	1 250 000
Outros instrumentos de capital próprio		625 000	625 000
Reservas legais		154 314	124 557
Outras reservas		2 171 976	1 606 606
Resultados transitados		-8 221	-8 221
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		75 000	90 000
SOMA		4 268 070	3 687 943
Resultado líquido do período		314 598	595 127
Total do Capital Próprio		4 582 668	4 283 070
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	C ₄ e 17	2 263 108	2 841 072
Outras dívidas a pagar	18	392 176	532 602
SOMA		2 655 284	3 373 673
Passivo corrente			
Fornecedores	19	36 203	137 756
Estado e outros entes públicos	20	14 173	95 142
Financiamentos obtidos	C ₄ e 17	572 762	567 561
Outros passivos correntes	19	53 820	434 893
Total do Passivo		3 332 243	4 609 025
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		7 914 911	8 892 095

M. Lopes

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO							Unidade Monetária: Euro	
DESCRIÇÃO	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos / Outras Variações no Capital	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
A 1 de Janeiro de 2016	1	1 250 000	625 000	108 756	1 306 399	0	82 950	3 689 113
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de Resultados				15 801	300 207	-8 221	-316 008	-8 221
Subsídios ao Investimento						-15 000		-15 000
Outras Alteração no Capital próprio					22 050			22 050
Resultado líquido do período	2	0	0	15 801	300 207	-8 221	-316 008	-23 221
Resultado integral	3						595 127	595 127
	(4=2+3)						279 119	595 127
	5	0	0	0	0	0	0	0
A 31 de Dezembro de 2016	6=1+2+3+5	1 250 000	625 000	124 557	1 606 606	-8 221	90 000	4 283 070
A 1 de Janeiro de 2017	6	1 250 000	625 000	124 557	1 606 606	-8 221	90 000	4 283 070
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de Resultados				29 757	565 370		-595 127	0
Subsídios ao Investimento						-15 000		-15 000
Resultado líquido do período	7	0	0	29 757	565 370	0	-595 127	-15 000
Resultado integral	8						314 598	314 598
	9=7+8						-280 529	299 598
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuição de Dividendos	10	0	0	0	0	0	0	0
A 31 Dezembro de 2017	11=6+7+8+9+10	1 250 000	625 000	154 314	2 171 976	-8 221	75 000	4 582 668

Handwritten signature

Handwritten signature

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - 2017			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-dez-2017	31-dez-2016
Vendas e serviços prestados	E e 5	1 292 632	2 031 488
Fornecimentos e serviços externos	6	-342 155	-526 767
Aumentos/reduções de justo valor	7	140 425	111 001
Outros rendimentos	F e 8	125 247	16 727
Outros gastos	9	-79 297	-91 199
EBITDA-Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 136 853	1 541 249
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12 e 13	-572 404	-572 536
EBIT- Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		564 448	968 714
Juros e gastos similares suportados	10	-169 105	-202 738
Resultado antes de impostos		395 343	765 975
Imposto sobre o rendimento do período	G e 11	-80 745	-170 848
Resultado líquido do período		314 598	595 127

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
	PERÍODOS	
	31-dez-2017	31-dez-2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	1 459 524	2 524 951
Pagamentos a fornecedores	-600 074	-686 680
Caixa gerada pelas operações	859 450	1 838 271
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-180 236	-49 800
Outros recebimentos/pagamentos	-117 997	-412 344
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	561 217	1 376 127
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-3 314	-2 344
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	697	1 295
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-2 617	-1 049
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-947 762	-792 560
Juros e gastos similares	-179 032	-210 843
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-1 126 794	-1 003 403
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-568 195	371 676
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 243 423	871 747
Caixa e seus equivalentes no fim do período	675 228	1 243 423

handwritten signature

handwritten signature

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 — Objeto Social e Identificação da Empresa

ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso Lda., tem por objeto a execução, gestão e exploração de instalações para produção de Energia Eólica, assim como quaisquer outras atividades afins no domínio das energias renováveis, com sede na Rua D. Nuno Álvares Pereira em Ribeira de Pena, nº de Identificação de Pessoa Coletiva 505 294 656, registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena, sob o mesmo número.

2 — Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF-PE). A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela ATBERG, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Gerência e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. Efeitos das alterações ao SNC

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016, o qual originou o seguinte efeito nas demonstrações financeiras da Empresa: A empresa passou a adotar o normativo “NCRF – PE”.

Nos termos do normativo que alterou o SNC anterior, “As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da adoção pela primeira vez da NCRF-PE, devem ser aplicadas prospetivamente, e quaisquer quantias relativas a diferenças de transição devem ser reconhecidas no capital próprio.

3 — Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de apresentação mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-PE em vigor à data da elaboração destas demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes e comparáveis com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e descritas nas respetivas notas anexas.

3.2 — Principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A — Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009, data da transição para as NCRF, encontram-se registados ao custo histórico, deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas. Os ativos fixos tangíveis adquiridos após àquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil estimada.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento, e quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauro dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a empresa espera incorrer.

Os gastos de desmantelamento, serão, apenas, incorridos no final da utilização do ativo subjacente. Em todo o caso, deverão ser incluídos no custo inicial do bem, procedendo-se à relação direta entre rendimentos e gastos. A não mensuração inicial destes gastos levaria a benefícios económicos proporcionados pelo uso do bem ao longo da sua vida útil, sem termos o correspondente rendimento. Desta forma, teríamos o reconhecimento de um gasto (depreciação) superior, mas diluído ao longo da vida útil do bem, ao invés de ocorrer

o seu montante global, após o fim do processo de geração de benefícios económicos do uso do bem.

Como a empresa está comprometida, pelo contrato, a repor o terreno no estado original (obrigação contratual) e existe uma estimativa fiável da obrigação, sendo provável uma saída de recursos incorporando benefícios económicos que resulta da liquidação dessa obrigação presente que surgiu em consequência de acontecimentos passados, a situação enquadra-se nos pressupostos de reconhecimento de uma provisão para gastos de desmantelamento.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por Imparidade” da demonstração de resultados.

Um item do ativo fixo tangível é desreconhecido quando não se esperem benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do ativo é determinado pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada do ativo na data da alienação/abate, e reconhecido em resultados, como “outros rendimentos” ou “outros gastos”.

Os demais dispêndios com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados tendo por base a quantia depreciable dos bens pelo método linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil, estimada, do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem, à vida útil estimada dos bens, as quais se situam nos seguintes intervalos:

Designação	Anos	Taxa - %
Edifícios e outras construções	20 a 30	5,00 a 3,33
Equipamento básico	16 a 20	6,25 a 5,00
Equipamento administrativo	8	12,50
Outras imobilizações corpóreas	10	10,00

B — Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles fluam, para a empresa, benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição e ou produção, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da Atberg, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada foi o exercício de 2010, pelo que a empresa adotou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de janeiro de 2009. A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da

utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

- Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

- Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

- Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

No caso da Atberg, é aplicado o Modelo do ativo intangível.

C - Instrumentos Financeiros

É política da empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura, ao custo menos perdas por imparidade, os instrumentos financeiros, que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento – a Euribor – que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

C₁ - Clientes e Outras Créditos a Receber

As dívidas de clientes e outros créditos a receber são registados pelo seu valor nominal, ajustados subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo, subsequentemente, revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

C₂-Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

C₃ - Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo respetivo custo e desreconhecidos quando expiram os direitos de receber os respetivos fluxos de caixa ou quando a empresa transferiu para outra parte todos os riscos significativos e benefícios inerentes à posse do ativo financeiro.

Em cada data de balanço a empresa verifica a existência de evidência objetiva de imparidade e reconhece qualquer perda por imparidade apurada nos resultados do período. Quando, subsequentemente, se verifica que a perda por imparidade diminuiu ou já não existe, a empresa procede à sua reversão nos resultados do período, exceto quando a perda por imparidade se relaciona com instrumentos de capital próprio, não sendo a reversão, nestas situações, permitida.

C₄ - Empréstimos

Os empréstimos são expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de empréstimos obtidos devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, exceto nos casos em que sejam capitalizados.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos, são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e imputados aos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo

C5 - Instrumentos financeiros derivados

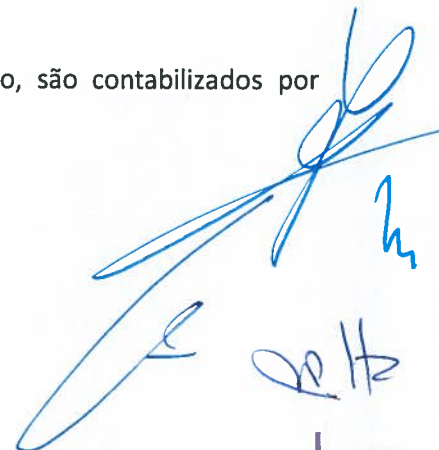
A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Os instrumentos financeiros derivados, utilizados pela Empresa, respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no ativo ou no passivo por contrapartida de resultados das rubricas “ganhos por aumentos de justo valor” ou “perdas por redução do justo valor”.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela eficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente em capitais próprios na rubrica “Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio”.

D - Regime do Acréscimo - Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros Créditos a Receber, Outros Passivos Correntes” ou “Diferimentos”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.



E — Rédito

Os réditos decorrentes de vendas são imputados a resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos ganhos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

F — Subsídios E Outros Apoios das Entidades Públicas

De acordo com o § 4 da NCRF-PE 14, os subsídios atribuídos por entidades públicas que sejam não reembolsáveis e relacionados com ativos fixos tangíveis ou intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Assim, os subsídios atribuídos por entidades públicas, que sejam não reembolsáveis e relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do período numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. § 8 da NCRF-PE 14.

G — Imposto Sobre o Rendimento

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é, salvo disposição específica, o método do imposto a pagar §§ 1 da NCRF-PE 16.

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos sobre o rendimento são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos doze períodos de tributação posteriores. No entanto, a dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70 % do respetivo lucro tributável, nos termos do artigo 52.º do CIRC.

H — Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

I — Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5 % do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos a quinta parte do capital social (20%). Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

J — Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 — Na preparação das demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com as NCRF-PE, não foram efetuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afetem as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF-PE 6.

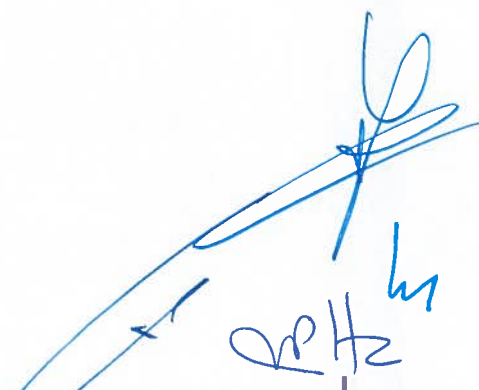
Não estão previstas quebras de atividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o próximo ano.

3.4 — Risco de taxa de juro

A maior parte do endividamento da Atberg, encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pela possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Dois princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;



4 — Caixa e Depósitos à Ordem

4.1 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de caixa e depósitos bancários é como segue:

Disponibilidades	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Caixa	165	378
Numerário	165	378
Depósitos bancários	565 063	1 133 045
Depósitos à ordem	339 748	705 874
Outros depósitos bancários	225 315	427 170
Total - Caixa e depósitos bancários	565 228	1 133 423

4.2 — Quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Outros depósitos bancários	31-12-2017	31-12-2016
Montante correspondente ao "Serviço da Dívida" da próxima prestação	110 000	110 000
Total	110 000	110 000

5 — Vendas

O montante das vendas reconhecidas na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

REDITO	31-Dez-2017	31-Dez-2016	Variação	
			Valor	%
Vendas	1 292 632	2 031 488	-738 856	-36,4%
Parque Eólico da Bulgueira	445 772	442 803	2 969	0,7%
Parque Eólico do Guilhado	335 380	534 351	-198 971	-37,2%
Aproveitamento Hidroelétrico de Vales	511 480	1 054 334	-542 854	-51,5%

As vendas compreendem *os montantes, provenientes da venda de eletricidade*, fornecida à “EDP – Serviço Universal, S.A.”, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

A faturação relativa à venda de energia é efectuada mensalmente, com base em contagens reais da energia produzida.

6 — Fornecimentos e Serviços Externos

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-Dez-2017	31-Dez-2016	Variação	
			Valor	%
Serviços Especializados	272 104	453 199	-181 095	-40,0%
Serviços Administrativos	49 085	48 811	274	0,6%
Exploração e Manutenção	167 631	230 250	-62 619	-27,2%
Conservação e Reparação	43 020	158 578	-115 558	-72,9%
Outros	12 368	15 560	-3 192	-20,5%
Materiais	57	15	42	282,1%
Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido	49		49	-
Material de Escritório	8	15	-7	-45,4%
Energia e Fluidos	13 582	14 846	-1 263	-8,5%
Eletricidade	5 836	4 549	1 287	28,3%
Energia Reativa	7 746	10 284	-2 538	-24,7%
Outros		12	-12	-100,0%
Serviços Diversos	56 411	58 707	-2 296	-3,9%
Rendas e Alugueres	12 475	12 406	69	0,6%
Comunicação	2 519	2 114	405	19,2%
Seguros	31 453	29 344	2 109	7,2%
Outros	9 965	14 844	-4 880	-32,9%
Total FSE	342 155	526 767	-184 612	-35,0%

7 — Aumentos / Reduções de Justo Valor

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

SWAP - Instrumento Financeiro Derivado - Cobertura Taxa de Juro							
	DATA INICIO	DATA MATURIDADE	VALOR	Taxa Fixada	MTM 31/12/2016	Variação MTM	
						2017	2016
Vales 1	09/02/2009	09/02/2024	525 000	3,58	33 467	9 062	5 320
Vales 2	17/09/2009	17/09/2024	3 757 406	3,92	208 405	72 313	41 385
Guilhado	07/12/2009	07/12/2021	2 500 000	4,50	219 180	59 050	64 296
					461 052	140 425	111 001

8 — Outros Rendimentos

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Outros Rendimentos	31-Dez-2017	31-Dez-2016	Variação	
			Valor	%
Indemnização por Sinistro	96.875		96.875	-
Imputação de Subsídios Para Investimentos	15.000	15.000	0	0,0%
Excesso de Estimativa de Imposto	11.220		11.220	-
Outros	2.152	1.727	426	24,6%
Total	125.247	16.727	108.521	648,8%

A rubrica “Indemnização por Sinistro” refere-se a danos materiais e perdas de exploração decorrentes de um sinistro em 2016 no Parque Eólico da Bulgueira, que resultou numa compensação de 96 875 €;

A rubrica, “Subsídios” refere-se ao reconhecimento do ganho respeitante a bens subsidiados no montante de 300.000 €, no âmbito da medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE). Esta imputação é feita em cada período à medida e na proporção em que são contabilizadas as depreciações do investimento subsidiado.

9 — Outros Gastos

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Outros Gastos	31-Dez-2017	31-Dez-2016	Variação	
			Valor	%
Impostos	20 455	8 339	12 117	145,3%
Taxas de Produção	24 031	25 702	-1 671	-6,5%
Mecenato	8 000	27 000	-19 000	-70,4%
Outros	26 811	30 158	-3 348	-11,1%
Total	79 297	91 199	-11 902	-13,1%

A rubrica “Impostos” inclui, para além do valor do IMI, que incide sobre o valor patrimonial atribuído aos parques Eólicos, outros impostos, (IMT, I.S) pago na celebração das escrituras dos terrenos onde está implantado o Aproveitamento Hidroeletrico de Vales, titulados até então por contratos promessa.

As taxas de produção referem-se aos pagamentos efetuados aos municípios onde os parques eólicos se encontram instalados, por força do Artº 3º do Dec-Lei 339 - C/2001 de 29/12. Estes pagamentos correspondem, a 2,5% das vendas de energia elétrica, produzida nos parques eólicos.

A rubrica “Outros” inclui, entre outros, a compensação, paga à EDP, pela adesão ao regime remuneratório previsto na alínea a) do número 3 do artigo 5.º do DL 35/2013, que neste período se traduziu num gasto de 25.201 euros.



10 — Juros e Gastos Similares Suportados

Total gasto de juros para passivos financeiros com contrapartida em resultados.

Gastos de Financiamentos	31-Dez-2017	31-Dez-2016	Variação	
			Valor	%
Juros e gastos similares de empréstimos obtidos	169 105	202 738	-33 633	-16,6%
Total	169 105	202 738	-33 633	-16,6%

A rubrica “Juros e gastos similares de empréstimos obtidos” inclui os juros e gastos associados, relativos aos empréstimos obtidos, mensurados ao custo, bem como os juros de derivados de cobertura de taxa de juro “Swap”, mensurados ao justo valor.

11 — Impostos Sobre o Rendimento do Período

A taxa de imposto resultante da valorização das diferenças tributárias à data de balanço foi de 20,42%.

O gasto de impostos sobre lucros dos exercícios de 2017 e 2016 é decomposto como segue:

Imposto sobre o Rendimento do Período	PERÍODOS	
	31-Dez-2017	31-Dez-2016
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO	395.343	765.975
Acréscimos à matéria coletável	3.578	4.937
Deduções à matéria coletável	-14.420	-11.605
Matéria Coletável	384.500	759.308
Imposto	80.745	159.455
Derrama	0	11.390
Imposto Corrente	80.745	170.844
Tributação Autônoma	0	4
Imposto sobre o Rendimento do Período	80.745	170.848
Taxa Efetiva de Imposto	20,42%	22,30%

O IRC devido é genericamente calculado sobre a matéria coletável apurada, a partir do resultado antes do imposto, com subsequente dedução e acréscimo de determinados valores decorrentes da lei (e.g., acréscimo de depreciações não aceites fiscalmente, majoração de donativos etc.), por aplicação, áquela, da taxa de IRC (21%) para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar, operações que são demonstradas no quadro acima.

Ao IRC devido pode acrescer a Derrama, a qual é receita municipal. A taxa geral de Derrama, lançada pelos diferentes municípios, pode ascender até 1,5%, podendo coexistir uma taxa reduzida de Derrama para empresas com volume de negócios inferior a € 150.000 no exercício anterior.

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, nomeadamente, despesas de representação cuja taxa é de 10%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

É convicção da Gerência, que eventuais correções resultantes da revisão/inspeção, por parte da Administração Tributária, à situação fiscal e para-fiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não terão um efeito material nas demonstrações financeiras.



12 — Ativos Fixos Tangíveis

12.1 - No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram como segue:

Ativo Bruto	Saldo 31-Dez-2016	Aquisições	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2017
Terrenos	237 621,74			237 622
Edifícios	744 791,24			744 791
Equip. básico	4 975 058,24			4 975 058
Equip. administrativo	4 283,45			4 283
Outros	14 683,00			14 683
Total	5 976 437,67	0	0	5 976 438

Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo 31-Dez-2016	Depreciações do Exercício	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2017
Edifícios	413 505	37 239,56		450 745
Equip. básico	2 567 158	248 752,94		2 815 911
Equip. administrativo	4 283			4 283
Outros	11 746	1 468,30		13 215
Total	2 996 693	287 460,80	0	3 284 153

Ativo Líquido	Saldo 31-Dez-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-Dez-2017
Ativo Fixo Tangível	2 979 745	0	287 461	2 692 285
Total	2 979 745	0	287 461	2 692 285

O ativo, da empresa, é composto, essencialmente, por edifícios e outras construções, necessárias à implantação dos Parques Eólicos da Bulgueira e do Guilhado e Equipamento Básico (geradores eólicos e outros equipamentos), acrescidas do valor, estimado, dos correspondentes gastos de desmantelamento.

Os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local foram incluídos no custo do ativo relacionado. O custo total no montante de 71.550 €, estimado ao valor corrente, foi acrescido ao custo de construção das instalações e é depreciado da mesma forma que o ativo que integram. Em contrapartida, foi reconhecido um passivo, *porque claramente definida a obrigação*, no mesmo montante, que será utilizado quando os custos forem incorridos.

À data de cada balanço, quaisquer atualizações no valor estimado serão tomadas em consideração, sendo registadas em gastos ou rendimentos do exercício por contrapartida da correspondente conta do Passivo.

Os ativos fixos tangíveis não apresentam quaisquer indícios de perdas por imparidade, pelo que são nulas as imparidades acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017.

Todos os ativos, encontram-se localizados em território nacional, estão em poder da ATBERG, e encontram-se integralmente afetos à atividade da empresa.

12.2 — Investimentos Implantados em Propriedade Alheia

Parque Eólico da Bulgueira

O Parque Eólico da Bulgueira está implantado em terrenos baldios pertencentes à Junta de Freguesia de Santa Marinha, concelho de Ribeira de Pena, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 26 de outubro de 2000 cedeu a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” os referidos terrenos baldios, com vista aos estudos para a instalação de um parque eólico. Por contrato de cessão de posição contratual, de 20 de novembro de 2002, ao abrigo da cláusula décima do mesmo contrato, a “EHATB, EIM, SA” cedeu a sua posição à empresa “ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.” para instalação do parque eólico da Bulgueira. Em resultado desta cedência, passou a ATBERG a ser a prometida detentora dos direitos de exploração.

Assim, em 01 de fevereiro de 2017, foi celebrado um novo contrato de “Cessão de Exploração”, entre a Junta de Freguesia de Santa Marinha e a ATBERG, no qual a Junta de Freguesia cede à ATBERG a exploração dos terrenos baldios, constante do Anexo III anexo ao contrato, onde está implantado o parque Eólico da Bulgueira, e nos termos das cláusulas Segunda e Terceira do mesmo.



Este contrato tem a duração de 25 (vinte e cinco) anos e mais 10 (dez) anos, contados da data, em que teve início a produção de energia elétrica, março de 2003, não podendo a Junta de Freguesia opor-se, sob qualquer pretexto, às prorrogações nele referidas.

Parque Eólico da Chã do Guilhado

O Parque Eólico de Chã do Guilhado está implantado em terrenos baldios geridos pelo Conselho Diretivo da Povoação do Guilhado, em representação das Comunidades de Guilhado, freguesia e concelho de Vila Pouca de Aguiar. Em 8 de Agosto de 2000, foi celebrado um “Contrato Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios”, entre o referido Conselho Diretivo e a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, para a realização de estudos com vista à instalação de parques eólicos. Estes terrenos, foram cedidos à ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda., em julho de 2010 por contrato de cessão parcial de posição contratual. Em resultado desta cedência, passou a ATBERG a ser atual “Promitente Cessionária”.

Assim, em 01 de março de 2016, foi celebrado um novo contrato de “Cessão de Exploração”, entre o Conselho Diretivo dos Baldios da Povoação de Guilhado, na qualidade de representantes dos Compartes da Povoação de Guilhado, e a ATBERG, no qual o Conselho Diretivo cede à ATBERG a exploração dos terrenos baldios, constante do Anexo III anexo ao contrato, onde está implantado o parque Eólico Guilhado, e nos termos das cláusulas Segunda e Terceira do mesmo.

Este contrato tem a duração de 20 (vinte) anos e mais 10 (dez) anos, contados da data em que teve início a produção de energia elétrica, outubro de 2009, não podendo o Conselho Diretivo opor-se, sob qualquer pretexto, às prorrogações nele referidas.

13 — Ativos Intangíveis

No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto	Saldo 31-Dez-2016	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2017
Propriedade industrial	6 739 847			6 739 847
Total	6 739 847	0	0	6 739 847

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	Saldo 31-Dez-2016	Amortizações do Período	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2017
Propriedade industrial	2 271 790	284 944		2 556 733
Total	2 271 790	284 944	0	2 556 733

Ativo Líquido	Saldo 31-Dez-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-Dez-2017
Propriedade industrial	4 468 057		284 944	4 183 114
Total	4 468 057	0	284 944	4 183 114

Após a entrada em vigor do SNC, o Aproveitamento Hidroelétrico de Vales, deixou de ser reconhecido como ativo fixo tangível, reversível, na medida em que se considera que, nos termos do contrato de concessão, a empresa adquiriu o direito de o utilizar, não existindo controlo sobre o mesmo uma vez que:

- O concedente controla a infraestrutura e;
- A infraestrutura reverte para o concedente no final do contrato.

O Valor do Investimento inicialmente realizado na construção da infraestrutura, anteriormente reconhecido como um ativo tangível, foi reclassificado para ativo intangível.

As depreciações dos ativos associados ao "Aproveitamento Hidrelétrico de Vales" vinham a ser efetuadas, de acordo com a tabela anexa ao decreto regulamentar 2/90, ou seja, era considerado um período de vida útil adequado ao período de vida útil definido para efeitos fiscais. Tal tabela era aplicável aos diferentes e a todos os bens que integravam o referido aproveitamento.

Recorda-se que o período da concessão corresponde a 35 anos e teve início em 2009. Sempre que o critério fiscal excedesse os referidos 35 anos, era este último o utilizado. Os terrenos, obviamente, não sofriam qualquer depreciação.

Neste enquadramento, as depreciações de cada exercício, ascendiam a cerca de 281.064 €, o que correspondia a uma taxa global média de 4,1%, ou seja, o equivalente a 25 anos de vida útil, período este, portanto, inferior ao período da concessão.

Porque a política de depreciação anteriormente seguida se nos afigura ainda como adequada e compatível com a que agora se tornou exigível pelo novo normativo, optou-se por utilizar o mesmo nível de depreciação que vinha a ser consistentemente utilizado.

14 — Clientes e Outros Créditos a Receber

No período em análise, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Clientes e Outros Créditos a Receber	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Clientes C/Corrente	115 667	0
Outros Créditos a Receber	127 481	116 402
EDP	127 080	113 867
Adiantamento de Fornecedores	401	2 535
Total	243 148	116 402

A rubrica “EDP” traduz as vendas realizadas em dezembro cujas faturas, face às disposições contratuais que regem a emissão das mesmas, só são emitidas em janeiro.

15 — Diferimentos

As quantias escrituradas na rubrica “Diferimentos” constituem gastos registados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e imputáveis a períodos subsequentes, por respeito ao pressuposto contabilístico da especialização dos exercícios.

Diferimentos	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Gastos a Reconhecer	79.754	73.475
Total	79.754	73.475

Respeitam, essencialmente aos gastos a reconhecer decorrentes dos contratos celebrado com a Enercon e Nordex para manutenção dos parques Eólicos, e contratos de seguros.

16 — Capital Próprio

Capital Social

No período em análise, o capital social da empresa, totalmente subscrito e realizado, é detido pelas seguintes entidades:

SÓCIOS	Participação Direta no Capital	
	%	Valor (€)
MUNICÍPIOS em regime de contitularidade:		
<i>Boticas; Chaves; Montalegre; Ribeira de Pena; Valpaços e Vila Pouca de Aguiar</i>	40	500 000
LUSITERG - Gestão e produção Energética, Lda	40	500 000
HIDROERG - Projectos Energeticos, Lda	20	250 000
TOTAL	100	1 250 000

Conforme deliberação em assembleia geral de acionistas em 23 de outubro de 2012, e por forma a fazer cumprir o que dispõe o artigo 68.º da lei 50/2012, a participação correspondente a 40% do capital social, de que a EHATB, EIM, SA. era detentora, na sociedade “ATBERG”, passou a ser

detida, em regime de contitularidade, pelos Municípios, de: *Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar*, acionistas da EHATB.

Movimentos ocorridos nas rubricas de capital:

CAPITAL PRÓPRIO	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital Social	1 250 000			1 250 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	625 000			625 000
Reservas:	1 731 163			2 326 290
Reservas legais	124 557	29 757		154 314
Reservas Livres	1 606 606	565 370		2 171 976
Resultados Transitados	-8 221			-8 221
Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio	90 000		-15 000	75 000
Resultado Líquido do Exercício	595 127	314 598	-595 127	314 598
TOTAL	4 283 070	909 725	-610 127	4 582 668

O quadro acima traduz as variações ocorridas na rubrica de capitais próprios resultantes de:

- aplicação dos resultados do exercício de 2016;
- diminuição da quota-parte dos subsídios registados na rubrica "Outas variações nos capitais próprios" decorrentes da imputação a resultados na rubrica "Outros Rendimentos".

A aplicação de resultados do exercício de 2016 foi deliberada em Assembleia-geral de Sócios ocorrida em, 28 de março de 2017.

Outros Instrumentos de Capital Próprio

No período em análise esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Prestações Suplementares	% de Participação	31-Dez-2017	31-Dez-2016
MUNICÍPIOS em regime de contitularidade: <i>Boticas; Chaves; Montalegre; Ribeira de Pena; Valpaços e Vila Pouca de Aguiar</i>	40	250.000	250.000
LUSITERG	40	250.000	250.000
HIDROERG	20	125.000	125.000
	100	625.000	625.000

Esta rubrica inclui prestações suplementares efetuadas pelos sócios, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, sem prazo definido para o seu reembolso.

De acordo com a legislação vigente, as Prestações Suplementares, não vencem juros (art.º 210 do CSC), e só podem ser restituídas aos sócios desde que, após a sua restituição, o capital próprio, não fique inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 32 do CSC).

Outras Variações nos Capitais Próprios - Subsídios ao Investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, , que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

No seguimento da proposta de candidatura a fundos no âmbito da medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE), foram atribuídos à ATBERG, Lda. subsídios ao investimento não reembolsáveis no valor de 300.000 €, para financiamento do “Parque Eólico da Bulgueira”.

Subsequentemente, ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, *nota 8*.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para:

- (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, isto é amortizações e depreciações e/ou
- (ii) compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

17 — Financiamentos Obtidos

No período em análise, os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte detalhe:

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de dezembro de 2017

Compromisso de Empréstimos Obtidos Mensurados ao Custo

Financiamentos	Início	Fim	31-Dez-2017		31-Dez-2016	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Hidroelétrica de Vales	2009	2023	1.350.007	406.744	1.761.952	401.542
CGD MLP 2	2009	2023	1.138.922	370.088	1.513.515	365.582
CGD MLP 3			211.085	36.656	248.437	35.960
Eólica da Chã do Guilhado	2010	2025	913.101	166.018	1.079.119	166.018
CGD BEI	2011	2025	608.929	110.714	719.643	110.714
CGD MLP 4	2010	2025	304.172	55.304	359.476	55.304
Total Financiamentos Obtidos			2.263.108	572.762,46	2.841.072	567.561

Os empréstimos obtidos representam o recurso ao crédito, a médio e longo prazo, para financiamento da construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Vales e do Parque Eólico da Chã do Guilhado assim distribuído:

Aproveitamento Hidrelétrico de Vales

CGD MLP2 – 4.000.000 € - O prazo de empréstimo é de 15 anos com 2 anos de carência de capital. O empréstimo será reembolsado em prestações semestrais, de capital e juros, sucessivas e iguais. A primeira prestação ocorreu no semestre seguinte ao do final do prazo de utilização, junho de 2009. Em 2010 foi aqui incorporado o Empréstimo “MAPE” no montante de 510.000 €.

CGD MLP3 – 525.000 € - Destinado ao reforço do apoio à construção do aproveitamento. O prazo de empréstimo é de 15 anos. O empréstimo será reembolsado em 30 prestações semestrais, de capital e juros, sucessivas e iguais.

Parque Eólico da Chã do Guilhado

CGD MLP4 – 950.000€ - Destinado a apoiar a implementação do parque eólico. O prazo de empréstimo é de 15 anos, com 18 meses de carência de capital. Do valor contratualizado junto da Caixa Geral de Depósitos, apenas foi utilizado o montante global de 746.604,94 €, A primeira amortização, teve início em janeiro de 2011.

CGD BEI – 1.550.000€ - Destinado a apoiar a implementação do Parque Eólico. O prazo de empréstimo é de 15 anos, a reembolsar em 28 prestações semestrais. A amortização de capital teve início em julho de 2010.

Em garantia das obrigações assumidas perante a entidade bancária (CGD/CBI), decorrentes destes financiamentos a Atberg obriga-se a constituir a seu favor:

- penhor dos equipamentos;
- hipoteca das parcelas de terreno situados no concelho de Vila Pouca de Aguiar adstritas ao A. H. de Vales
- manutenção da conta reserva, provisionada, a cada momento, com o montante necessário ao pagamento das prestações subsequentes de amortização de dívida mais os juros respetivos.

18 — Outras Dívidas a Pagar N/Correntes

O detalhe da rubrica de "Outras dívidas a pagar – Não Corrente" apresenta o seguinte detalhe:

Outas Dívidas a Pagar	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Gastos de Desmantelamento	71.550	71.550
Instrumentos Financeiros - Swap	320.626	461.052
	392.176	532.602

Gastos de Desmantelamento

A rubrica “Gastos de Desmantelamento” refere-se ao reconhecimento, do valor estimado, dos gastos de desmantelamento relativos aos Parques Eólicos da Bulgueira e Chã do Guilhado, conforme descrito na *nota 12* acima.

Instrumentos Financeiros - Swap de Taxas de Juros

No âmbito da gestão operacional da sua atividade, e para fazer face à cobertura económica dos juros a pagar até ao termo dos respetivos contratos de empréstimo a empresa utiliza swaps (contratos de permuta de taxa de juro). Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas.

Ao abrigo destes contratos, a empresa acordou com a entidade financiadora a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

A Atberg pretendeu assim cobrir o risco da taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.

Designação	Valor Nominal em 31-12-2017	Vencimento	Indexante Trocado	Taxa Contratada	Justo Valor Do Instrumento Financeiro	
					2017	2016
Vales	227.500	09/02/2024	3,58%	Euribor 6 Meses + spread de 1,25%	24.404	33.467
	1.534.317	07/12/2021	3,92%	Euribor 6 Meses + spread de 1%	136.092	219.180
Guilhado	1.203.704	09/01/2024	4,50%	Euribor 6 Meses + spread de 1%	160.130	208.405
Total	2.965.521				320.626	461.052

O valor nominal dos contratos de swap a 31 de Dezembro de 2017 ascende a 2.965.521 € e o correspondente justo valor (fair value - valor a pagar no caso de resolução do contrato de swap), é de 320.626 € a favor da entidade bancária.

A atualização no justo valor dos swap's de taxa de juro, resultou numa diminuição do passivo no montante de 140.425 Euros. A contrapartida desta variação foi registada em “Ganhos por Aumentos de justo valor”. (Nota 7)

19 — Fornecedores e Outros Passivos Correntes

O detalhe desta rubrica no período em análise é o seguinte:

Outros Passivos Correntes	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Fornecedores	36.203	137.756
Outros Passivos Correntes	53.820	434.893
Juros a Liquidar	40.736	49.099
Outros	13.085	10.794
Sócios - Suprimentos	0	375.000

A rubrica “Outros Passivos Correntes - outros” refere-se, a:

- aquisição de parcelas de terrenos, titulados por contratos promessa, na parte ainda não paga, (738 euros);
- outros credores por acréscimo de gastos, (12.347euros), em observância ao princípio da especialização dos exercícios.

20 - Estado e Outros Entes Públicos

No período em análise esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Estado e Outros Entes Públicos	31-Dez-2017	31-Dez-2016
IRC a Recuperar	30.391	
EOEP Ativos	0	0
IVA - a pagar	13.823	720
Retenções na fonte - IRS	350	44.325
EOEP Passivos	14.173	45.045

21 — Descrição das responsabilidades da empresa por garantias prestadas, não incluídas no Balanço

Por exigência processual de diversas entidades, parcialmente financiadoras dos investimentos que a empresa está a levar a cabo, foram solicitadas a entidades bancárias as seguintes garantias:

Instituto da Água – 233.838,63 € – Correspondente a 5% do montante global do investimento previsto no projeto, respeitante ao “Aproveitamento Hidrelétrico de Vales”, destinado a garantir a boa execução da obra, a qual terá de cumprir tanto os regulamentos de ordem técnica e ambiental como os condicionalismos impostos pela comissão de CCDRN nos respetivos licenciamentos de utilização de água e de construção de infraestruturas hidráulicas.

22 — Acontecimentos após a data do balanço

a) Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas, pelo Órgão de Gestão em 01 de março de 2017, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Sócios agendada para 27 de março de 2018, tendo essa reunião magna o poder de alterar as demonstrações financeiras, se assim vier a ser decidido.

b) Informações sobre condições que existiam à data do balanço


Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

c) Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não existem eventos, após a data do balanço, que requeressem ajustamentos a introduzir nas demonstrações financeiras.

Chaves, 01 de março de 2018

A Contabilista Certificada




Maria Leonor Ferreira Marques
(TOC 40235)


A Gerência



Pedro Filipe Barbosa Eira Cortão (Presidente)



João Abelino Noronha Rodrigues de Carvalho



Maria Manuela Portela Correia dos Santos Ramos da Silva